

Memória como meio de produção de conhecimentos históricos

Memory as a means of producing historical knowledge

Enviado em: 08/01/2019

Aceito em: 14/07/2020

Cyntia Simioni França¹

Resumo:

Este artigo teve como objetivo discutir a acepção de memória na relação com a noção de história na perspectiva das tendências hegemônicas na contemporaneidade e deslocar algumas imagens dissonantes de práticas de memória prevaletentes nas pesquisas do campo historiográfico e educacional. Com essas reflexões, buscou-se ampliar a acepção de memória, entendendo-a como meio de produção de conhecimentos históricos e educacionais, inspirada nas produções do filósofo, ensaísta, crítico-literário, poeta e tradutor alemão Walter Benjamin, com o intuito de construir alternativas em relação às práticas de memória, a contrapelo de tendências prevaletentes na modernidade.

Palavras-chave: Memória; História; Walter Benjamin.

Abstract:

This article aimed to discuss the meaning of memory in relation to the notion of history from the perspective of contemporary hegemonic trends and to displace some images of memory practices prevailing in research in the historiographic and educational field. With these reflections, we sought to expand the meaning of memory, understanding it as a means of producing historical and educational knowledge, inspired by the productions of the German philosopher, essayist, literary critic, poet and

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Mestrado em História Pública (PPGHP/UNESPAR) e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná (ProfHistória/UNESPAR). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada (GEPEC/UNICAMP) e Kairós: Educação das Sensibilidades, História e Memória (UNICAMP). E-mail: cyntiasimioni@yahoo.com.br

Este texto foi apresentado em uma palestra no III Seminário “Patrimônio, Memória e Educação”, realizado pelo grupo de pesquisa PAMEDUC, sob a coordenação do professor Elison Paim, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em maio de 2018. Para este artigo, passou por algumas modificações.

tradutor Walter Benjamin, in order to build alternatives in relation to memory practices, against the prevailing trends in modernity.

Keywords: Memory; History; Walter Benjamin.

Um convite ao diálogo

A partir dos anos de 1980, com a reabertura política, a renovação historiográfica absorvida no Brasil, a expansão das instituições e as práticas de preservação, colocam em relevo as culturas da memória. Passamos a viver uma espécie de febre memorialística. Com isso, efetivou-se uma guerra de símbolos entre as correntes historiográficas acerca das relações entre história e memória.

Em uma incisiva obra, intitulada *Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia*, Andreas Huyssen (2000) reflete sobre as incongruências do presente obsoleto frente ao novo (mas como algo sempre igual) e de, ao mesmo tempo, buscarmos maneiras de guardar e documentar tudo, preservar o maior número possível de rastros do passado bem como de voltarmos para uma memória do passado que chega quase próxima ao presente. Os artefatos obsoletos de ontem são agora colecionáveis, há uma mercantilização em massa do sentimento nostálgico, aumento de uma literatura ligada às temáticas memorialísticas, de documentos históricos e de celebrações do passado, como se, de fato, pudéssemos trazer a recordação total. Então, de acordo com o autor, a memória tornou-se, culturalmente, uma síndrome obsessiva, de proporções colossais em todos os países.

A febre memorialística contemporânea (NORA, 1993; HUYSEN, 2000) faz parte das reflexões socializadas nos encontros da Associação Nacional de Pesquisadores de História (ANPUH), da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), no Encontro Nacional de Historiadores de História (ENPEH) e em publicações de revistas científicas. Nas leituras de tais produções, delineiam-se a imagem de memória como um campo de batalhas simbólicas, em que diferentes concepções estão disputando espaço e poder. Muitos historiadores e pesquisadores, buscam apresentar os limiares, as aproximações e os distanciamentos entre as acepções de memória e sua relação com a história, no diálogo com a prevalecente historiografia francesa (NORA, 1993, 2003; HALBWACHS, 1990) e outros, constroem contrapontos a partir da historiografia anglo-saxônica (BUTLER, 1989; GERAY, 1996; FENTRESS; WICKHAM, 1992).

As tendências historiográficas francesas demarcam a história e a memória como campos longe de serem iguais e se opõem em todos os sentidos. A história como atividade do intelecto opera por meio de procedimentos teórico-metodológicos historiográficos que se utilizam de dispositivos racionais e voluntários para a interpretação e a compreensão das fontes históricas. As escritas da história constroem múltiplas temporalidades, específicas do seu campo, marcando as continuidades e as rupturas cronologicamente. Enquanto a memória é historicizada e transformada em objeto da história; desse modo, a memória é compreendida, sobretudo, como fonte histórica (SEIXAS, 2004; GALZERANI, 2008b).

Uma das principais referências da historiografia francesa é o historiador francês Pierre Nora que, a partir dos anos de 1970, discute amplamente a noção de lugares de memória como aqueles que

[...] nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos. (NORA, 1993, p. 13).

Os estudos de Nora (1993) são dedicados para a área das tradições culturais francesas ligadas à memória. Ao tecer suas ideias, dialoga com os trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs (1990) e apresenta uma perspectiva de análise do conceito de memória, na relação com a história. Nora (1993) concebe a memória como tradição artesanal, afetiva, múltipla, instável; enquanto a história como uma disciplina “científica”, que opera por meio da reconstrução intelectual, a partir de problemáticas que demandam análises e explicações. Segundo o autor:

Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. [...]. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória

emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer... que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1997, p. 7-9).

Nessa perspectiva francesa, algumas problemáticas são possíveis de apontar: a) a hierarquização dos saberes (história e memória) é questionável, principalmente na contemporaneidade, quando entendemos que as memórias possibilitam o questionamento do discurso universal da história (SCHMIDT, 2006); b) a memória é prisioneira da história, uma vez que ela é historicizada, convertida em objeto da história – assim, a memória passa a existir a partir dos procedimentos teórico-metodológicos da história (SEIXAS, 2004; GALZERANI, 2008b).

Para o historiador Benito Schmidt, a primeira problemática apresentada é plausível de reflexão se focarmos nos seguintes questionamentos:

Como conciliar tal polarização com a ideia, tão em voga atualmente, de que as memórias possibilitam o questionamento do discurso universalizador da história? Ou de que existem várias histórias plausíveis e legítimas? Ou de que a história também funciona como memória, muitas vezes reivindicando o absoluto e adquirindo uma aura sagrada? Ou ainda de que a história serve para “cortar”, para afirmar as rupturas e não as continuidades? Enfim, quais são os limites dessa dicotomia implícita à noção de “lugares”? (SCHMIDT, 2006, p. 95).

O conceito de lugares de memória tecido com a historiografia francesa passou a instrumentalizar acentuadamente as produções acadêmicas no campo historiográfico e educacional, a partir dos anos de 1980, em outros países. Mais do que isso, muitos estudiosos utilizaram-se de tal conceito de maneira um “[...] tanto quanto superficial, esvaziando-os de suas efetivas contribuições teórico-metodológicas, muitas vezes mesclando-os de forma descuidada, sem considerar suas matrizes epistemológicas e os debates a elas relacionados” (SCHMIDT, 2006, p. 86).

Quanto à segunda problemática, surgiram tendências que se colocaram a construir ideias contrárias à historiografia francesa, como as vertentes anglo-saxônicas, mais especificamente, os historiadores James Fentress e Chris Wichham (1992), Tomas Butler (1989), Patrick J. Geray (1996), entre outros. Em suas pesquisas relativas ao campo da história oral, os autores apresentaram críticas a respeito da hierarquização e da dicotomização da

história e da memória e do caráter desqualificador da memória. Apesar de esses pesquisadores procurarem aproximar a memória da história, eles perderam de vista, em sua acepção de memória, as dimensões afetivas e involuntárias, articuladas ao esquecimento.

Para a historiadora Jacy Alves de Seixas (2004), é difícil perceber as diferenças entre história e memória na historiografia anglo-saxônica. “[...] a memória e o esquecimento aqui também só existem sob olhares da história, investindo-se na reconstrução de novas identidades, a partir de um critério utilitário-político” (SEIXAS, 2004, p. 42).

A corrente historiográfica anglo-saxônica trouxe pressupostos teórico-metodológicos que conferiram maior autonomia à memória. Contudo, ainda assim, essa perspectiva incide na apropriação da memória pela história ou no entendimento de que toda memória é logo de imediato história, trazendo apenas distinções na questão de “grau, mas não de qualidade”. É possível perceber que ambas correntes historiográficas delineiam que a memória tem como função servir à história (GALZERANI, 2008; SEIXAS, 2004).

Tanto nas acepções historiográficas francesas como nas anglo-saxônicas, ressalta-se o distanciamento entre as múltiplas potencialidades das memórias, principalmente aquelas ligadas às relações com as “[...] experiências alargadas no/com o tempo” e o predomínio da dimensão racional, deixando de lado as sensibilidades (GALZERANI, 2008, 2013a).

Na relação entre a memória e a história, encontramos uma problemática ainda delicada entre as historiografias francesas e anglo-saxônicas, que necessita de reflexões analíticas delineadas pelas historiadoras Maria Carolina Bovério Galzerani e Jacy Alves de Seixas: A memória na relação com a história deixa de ser memória para enquadrar-se nos procedimentos historiográficos? As memórias estão limitadas a serem fontes documentais para a produção de narrativas históricas? É possível uma aproximação da história com a memória sem a hierarquização de saberes?

Tais questões são atravessadas por meio de debates de estudiosos da memória, de diferentes campos do conhecimento, deslocando, então, a história e a memória da arena de diálogo da sociologia e ampliando a comunicação com outras áreas, como a filosofia, a literatura, a psicanálise, a linguística e a pedagogia, mas não destituída de tensões e de embates. Nesse sentido, inúmeras pesquisas abrem outros modos de pensar a memória, como os grupos: Patrimônio, Memória e Educação (PAMEDUC), coordenado pelo professor Elison Paim, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Núcleo de Estudos e

Pesquisas em História Política (NEPHISPO), da Universidade Federal de Uberlândia, tendo Jacy Alves de Seixas como coordenadora; Kairós: práticas de memória e educação das sensibilidades - Centro de Memória, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a coordenação de Maria Silvia Hadler; Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada (GEPEC), da Faculdade de Educação da Unicamp, coordenado por Guilherme do Val Toledo Prado; Rastros: História, memória e educação, da Universidade de São Francisco, tendo como líder Maria de Fátima Guimarães.

De uma leitura mais atenta das produções dos grupos de pesquisa elencados, sobressai o diálogo com a memória das produções benjaminianas, revelando novas possibilidades de produção de conhecimento histórico e educacional. Além dos diálogos realizados com esses grupos de pesquisas, como docente na área do Ensino de História, venho desenvolvendo orientações de Mestrado e pesquisas na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) sobre práticas de memória no campo historiográfico e educacional e (re)elaborando reflexões instigantes, tais como: 1) o entrecruzamento entre a memória involuntária e memória voluntária; 2) a memória como meio de produção de conhecimentos históricos e educacionais; 3) o alargamento da acepção de memória, a partir do diálogo com os campos da filosofia, psicanálise e literatura. Tais reflexões dialoga com os referenciais teórico-metodológico do filósofo Walter Benjamin, apostando como um caminho promissor para outros modos de produção de conhecimento histórico e educacional, dissonante em relação às tendências de pesquisas já cristalizadas – relativas ao campo da memória na relação com a história na contemporaneidade.

2º Diálogo - Acepção de memória alargada

Walter Benjamin, nasceu em Berlim, viveu entre os anos de 1892 e 1940, foi um inquietante filósofo alemão, também crítico literário, ensaísta, cientista social, tradutor e poeta. Dialogava com várias áreas, impossível “classificá-lo” em um campo, como lembrou Hanna Arendt. Traz uma diversidade de formas literárias que compõem as suas diferentes obras, desde ensaios, aforismos, críticas, resenhas e cartas, entre outras, que busca encontrar o todo “num objeto, num indivíduo, num fragmento, numa insignificância”. (KRAME, 2008, p. 211) Constrói uma visão de mundo distanciando-se do pensamento cartesiano limitado a operações

conclusivas. Imbrica racionalidades e sensibilidades em suas escritas alegóricas e fragmentárias.

Em suas produções intelectuais questiona as tendências culturais modernas, dos finais do século XIX até meados do século XX sobre o esfacelamento dos vínculos sociais e desenraizamento² dos sujeitos no tempo e no espaço. Benjamin entende que a modernidade capitalista provoca efeitos culturais globalizadores entre eles: produção exagerada de informação, empobrecimento das experiências humanas e apagamento das memórias.

Quanto à acepção de memória, encontra-se diluída em várias obras, é possível compreender que Benjamin construiu pontes de diálogos com o filósofo Henri Bergson, com o literato Marcel Proust e com o psicanalista Sigmund Freud. A sua concepção de memória é alargada, à medida que imbrica as dimensões voluntárias e involuntárias, consciência e inconsciência, razão e sensibilidade, passado, presente e futuro e o entrecruzamento de diferentes espacialidades e temporalidades. São memórias carregadas de conhecimentos, saberes experienciais e sentidos, relacionadas ao vivido. A memória benjaminiana é também esquecimento e apaziguamento com o passado.

É uma memória que não se submete passar pelo crivo de conhecimentos cientificamente validados, pois “[...] não é um instrumento para a exploração do passado, é antes, o seu meio. A memória é onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas” (BENJAMIN, 1985, p. 239).

Ao desenhar-se o perfil da memória benjaminiana, configura-se como imagens que não se enquadram em classificações, sistematizações e comprovações, mas exige uma escuta

² Ecléa Bosi (1994) lembra-nos, em *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, importante obra no campo da psicologia social, que o “[...] desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre os outros vínculos sociais [...]. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (BOSI, 1994, p. 443).

Utilizaremos a expressão modernidade ou modernidade tardia ou modernidade radicalizada denominação de Anthony Giddens. Jean-François Lyotard (1993) criou o conceito de pós-modernidade e depois retoma em suas produções esse conceito, ressaltando que fez uma leitura apressada porque as tendências que balizam a própria modernidade não haviam se distinguido, mas haviam sido radicalizadas. Portanto, a modernidade será entendida na relação íntima com o capitalismo e tratada a partir das imagens benjaminianas, como um período ligado aos aspectos concernentes à modernização das forças produtivas e dos valores estéticos, dificultando a fusão das forças materiais e espirituais dos sujeitos, em nossa sociedade. Nesse sentido, partimos da leitura de Walter Benjamin (1985) em que aponta a necessidade de pensarmos de forma alargada a concepção de modernidade capitalista relacionando ao avanço do capitalismo, incluindo “[...] relações sociais de produção, a dimensão cultural, as visões de mundo e as sensibilidades” (GALZERANI, 2005, p. 54). Nesse processo, torna-se essencial a inclusão da dimensão cultural e das sensibilidades para o entendimento da realidade social, no que tange à busca pela superação das tendências instrumentais.

atenta e um diálogo “sensível” do pesquisador para captar os silêncios, os conflitos, os sonhos, as utopias, as completudes e as incompletudes dos sujeitos. Distancia-se, portanto, do pensamento trivial da memória como objeto da história.

A historiadora Jacy Alves de Seixas (2004, 2012) aproxima-se das discussões de Walter Benjamin, ao reconhecer a memória expressão do vivido. Entende a memória como transgressora; sua narrativa é subversiva, desordenada, imprevisível e encontra abrigo no tempo do Kairós. Não se submete aos tempos cronológicos e nem às regras e às ordenações dos métodos oferecidos pelas operações historiográficas.

A professora e historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani (2008a) dedicou sua produção científica aos estudos da memória na relação com as noções de história. No campo educacional e como fundadora e líder do grupo de pesquisa do Kairós, aprofundou a compreensão da memória como meio de produção de conhecimentos históricos e educacionais. A memória, como meio, não é separada do universo das experiências vividas, como temos visto nas tendências historiográficas dominantes. E não visa preencher os espaços; ela busca enraizar os sujeitos no tempo e no espaço, como práticas de resistências a processos das vivências em que estamos mergulhados na contemporaneidade e que levam ao desaparecimento das singularidades bem como das especificidades socioculturais que nos compõem, como as tramas urbanas.

Ela destacou que, nas pesquisas que envolvem memórias na acepção benjaminiana, predominam a não hierarquização dos saberes historiográficos e experienciais. Nem mesmo é possível apartar dicotomicamente os diferentes saberes, como se fossem campos de conhecimento monolíticos.

Quanto ao pesquisador, Galzerani (2008a) acredita que seu ofício não é de construir uma relação de exterioridade com a memória e/ou posse do “outro”, nem mesmo de utilizá-las com o intuito de comprovação dos fatos. Mais do que uma questão de veracidade, ela defende que a postura do historiador deve pautar-se muito mais em relação de diálogo com o outro, o que exige de o pesquisador construir relações tecidas por práticas dialógicas no ato de produção de conhecimento. Galzerani (2008a) ressalta também que o pesquisador que trabalha com memórias na perspectiva benjaminiana está com os sujeitos da pesquisa e não para falar sobre os sujeitos da pesquisa. Portanto, as memórias não são objeto de análises racionais; ao contrário, o pesquisador imerge no contato com as memórias para depois

emergir, enriquecido no contato com o outro. Por fim, a autora afirma que, no ato de produção de conhecimentos históricos e educacionais, é preciso cuidado para não cair nas encruzilhadas de análises racionais que promovam as separações entre o sujeito do objeto, os sujeitos dos sujeitos e os sujeitos produtores de conhecimento das experiências vividas, mas, sim, reconhecer que tanto pesquisador como os sujeitos da pesquisa produzem saberes no palco das memórias. As memórias como meio de produção de conhecimento são potentes para “[...] ressignificarmos os conceitos de história e de Educação, atuando como brechas, alternativas, no interior das ‘ruas de mão única’, que, muitas vezes, dominam os cenários da cultura escolar contemporânea” (GALZERANI, 2008a, p. 8).

Ao deslocarmos a imagem de memória-objeto para memória-meio, encontramos outros caminhos de produção de conhecimentos históricos e educacionais que trazem à tona vozes plurais que se entrelaçam para construir leituras possíveis da experiência social, no tempo e no espaço. Por esse itinerário, a aposta de Benjamin é no trabalho com práticas de rememoração.

O historiador e professor Elison Paim (2005), em diálogo com Benjamin, afirma que as práticas de rememoração nos possibilitam descobrirmos o sentido da vida, pois os mortos, os esquecidos, os que foram apagados da história são redimidos, quando alguém os traz à tona.

A rememoração benjaminiana acolhe as memórias voluntárias e involuntárias. Embora prevaleçam, nas pesquisas contemporâneas, as noções de memória em uma perspectiva voluntária e racional, a dimensão involuntária das memórias tem se mostrado promissora na produção de conhecimentos históricos e educacionais. Quanto às memórias voluntárias, elas se distanciam das singularidades e ocupam um espaço privilegiado nas relações entre história e memória. Já as memórias involuntárias, podemos flagrá-las no episódio de Madeleine, na obra *Em Busca do Tempo Perdido*, do literato Marcel Proust:

[...] provei a “madeleine”, dissiparam-se quaisquer inquietações com o futuro, quaisquer dúvidas intelectuais. [...] um azul intenso ofuscava-me os olhos, impressões de frescura, de luz deslumbrante rodopiavam junto de mim [...]. E logo a seguir, bem a reconheci, surgiu-me Veneza [...] e me era agora devolvida pela sensação outrora experimentada sobre dois azulejos desiguais do batistério de São Marcos, juntamente com todas as outras sensações àquela somadas no mesmo dia [...]. (PROUST, 2004, p. 148-149).

As memórias involuntárias aparecem como instáveis, descontínuas, que não vêm simplesmente para preencher um espaço em branco, não aumentam ou diminuem nada, simplesmente condensam. São imagens que surgem independentes do nosso controle e nos

surpreendem com imagens ligadas a significados afetivos e íntimos, tecida por uma pessoa mais inteira portadora de sensibilidade, de racionalidade, de (in)consciente e/ou (in)completa.

Jeanne Marie Gagnebin, filósofa e interlocutora de Walter Benjamin, no Brasil, tem compreendido que as memórias involuntárias são imagens que aparecem de modo repentino, sem jamais tê-las visto antes - como aquelas que aparecem em “[...] certos sonhos — nós mesmos nos oferecemos à vista”. São imagens que não são procuradas conscientemente, mas “[...] acolhidas e reconhecidas, somente assim essa nova e antiga imagem nos faz estremecer, transformando a apreensão do nosso passado e, ao mesmo tempo, do nosso presente” (GAGNEBIN, 2014, p. 237)

Embora Benjamin inspira-se em Proust para acolher a dimensão das memórias involuntárias em práticas de rememoração, Gagnebin (2011) explica que o trabalho da memória de Proust e Benjamin são diferentes, pois

[...] já conhecemos suficientemente a “Infância Berlinense” para perceber o quanto o projeto benjaminiano é outro. Sem dúvida, como em Proust, as imagens do passado infantil voltam para iluminar o presente por uma coincidência súbita que não depende da memória voluntária do sujeito. Porém, estas coincidências não são o fruto exclusivo do acaso, uma concepção que Benjamin critica na estética proustiana. Elas remetem muito mais àquilo que me parece caracterizar a escrita benjaminiana, uma espécie de intensidade na atenção, em oposição, notadamente, à obstinação da intenção. (GAGNEBIN, 2011, p. 87).

Benjamin reconhece as imagens das memórias involuntárias e amplia-as, por entender que Proust produziu memórias muito mais por um prazer individual. Contudo, suas memórias são produzidas imersas na cultura mais ampla. Mais do que isso, há uma dilatação da acepção de memória quando o filósofo propõe o entrecruzamento das memórias voluntárias e involuntárias, pois as memórias que vêm à tona no movimento de rememoração não são plenamente reconhecíveis, visto que elas possuem uma dupla dimensão: a da lembrança e a do esquecimento. Isso quer dizer que junto às memórias voluntárias surgem as memórias involuntárias.

Com o intuito de nos aproximarmos das imagens tanto da memória voluntária como da involuntária, foi focalizada, mais detidamente, a mônada Anjo de Natal, fragmento de Infância em Berlim por volta de 1900, escrita por Walter Benjamin (1932-1933).

3º Diálogo - Anjo de Natal: produção enraizada em seu tempo e espaço

Infância em Berlim por volta de 1900 foi produzida na cidade de Paris entre os anos de 1932 e 1933, quando Benjamin foi obrigado a deixar sua cidade natal pela ascensão nazista na Alemanha, por ser judeu. É uma obra que pode ser lida como um relato da cidade de Berlim, escrita em uma linguagem narrativa, de caráter memorialístico, em um período crucial da vida de Walter Benjamin - terceira década do século XX.

Nessa época, o filósofo, de origem judia, enfrentava problemas pessoais como: a perda dos bens de seus pais, devido à crise inflacionária da República de Weimar, na Alemanha – com isso, passou a não receber mais apoio financeiro de seus pais e suas condições de vida ficaram extremamente difíceis; a separação de sua esposa, Dora Pollac; a paixão não correspondida por Aja Lacis, discípula do teatrólogo Brecht; a morte de seu irmão, nessa época; a frustração na carreira universitária como professor; o avanço das relações capitalistas de produção que gerava perplexidade em relação à propagação dos regimes totalitários, nazismo e fascismos na Europa; e a perda das esperanças na União Soviética, devido às visões totalitárias de Stalin.

O filósofo encontrava-se, portanto, em uma situação limítrofe de sua vida. Ao completar 40 anos, ele decidiu, nesse momento difícil, colocar um ponto final na própria existência. Entretanto, nesse meio tempo, algo ocorreu na sua sensibilidade, que, novamente, despertou o desejo de viver. Nesse contexto turbulento, ele percebeu que suas memórias articuladas a sua história possibilitariam fazer um texto que pudesse despertar sentidos coletivos. Em outras palavras, Benjamin entendeu que a escrita da sua vida só adquiriria “[...] sentido no pano de fundo de uma experiência histórica mais ampla [...]” (GAGNEBIN, 2011, p. 77).

Walter Benjamin dedicou a obra ao seu filho Stefan - que tinha 15 anos de idade na época - com a intenção de deixar em forma de um patrimônio cultural. A concepção de patrimônio cultural moderno do filósofo é outra, ele a concebe como “[...] experiência capaz de ser transmissível (Erfahrung), de geração para geração, plena de significados e de vínculos para as pessoas envolvidas” (GALZERANI, 2013b, p. 59). Ele reafirma que, apesar de todos os confrontos e tensões modernas, ainda é possível acreditar na vida. Assim, ele enxergava a modernidade como ruína, mas prenhe de potencialidade.

A obra Infância em Berlim por volta de 1900 é composta de 41 mônadas (aporte teórico-metodológico), privilegiadas que

[...] retêm a extensão do tempo na intensidade de uma vibração, de um relampado, do Kairós. Estas miniaturas de sentidos são finitas, pois o seu acabamento estético é a condição da sua significação. São igualmente finitas porque o “eu” que nelas se diz não fala somente para lembrar de si, mas também porque deve ceder lugar a algo outro que não si mesmo. (GAGNEBIN, 2011, p. 80).

Mônadas, que como pequenos cacos de um vaso de porcelana, têm a potencialidade de propiciar a compreensão de modo ampliado do todo; nesse caso, o social. Quer dizer, mônadas que expressam elementos significativos da cultura e da sociedade, a partir de pequenas centelhas de sentidos (BENJAMIN, 1987; GALZERANI, 2013b; FRANÇA, 2015).

Em *Infância em Berlim*, as mônadas expressam uma história individual, mergulhada em uma história coletiva sobre o avanço das relações de produções capitalistas, na Alemanha, no início do século XX. Benjamin buscou reter imagens nas quais uma experiência maior que o “[...] vivido consciente e individual do narrador se depositou: a experiência da grande cidade tal como ela se apresenta a uma criança da classe burguesa, no início do século, e isto apesar de todas as estratégias familiares e sociais para esconder a existência dos outros, dos pobres e dos revoltados, da miséria e da morte” (GAGNEBIN, 2011, p. 80).

Nessa obra, suas memórias são entrecruzadas com diferentes espaços (a imagem de Berlim de 1900 com a de Paris de 1930), onde Benjamin estava exilado, e com diferentes tempos (1933, 1932, 1900), vários sujeitos (ele na relação com o “outro”) e visões de mundo (da criança benjaminiana e do intelectual adulto), de modo que a leitura do texto nos convida a transformarmos as nossas vivências automatizadas em experiências vividas significativas para nós na relação com o outro, a construirmos tempos coletivos plenos bem como ampliarmos a dimensão de ser humano (portador de racionalidades e sensibilidades) (GALZERANI, 2008).

Na próxima seção, convidamos o leitor a fazer uma leitura alegórica das imagens de Anjo de Natal, uma mônada da obra *Infância em Berlim* por volta de 1900, e procurar relacionar suas experiências vividas com as do autor, em um diálogo intenso, envolvendo suas racionalidades e sensibilidades.

4º Diálogo – A mônada Anjo de Natal

Tudo começava com os pinheiros. Ao sairmos para a escola certa manhã, surgiram grudados nas esquinas os lacres verdes que pareciam fixar a cidade em centenas de pontos, como se fosse um enorme presente de Natal. Não obstante, um belo dia a cidade rompia esse invólucro, e de suas entranhas brotavam brinquedos, nozes, palha e

adornos para a árvore: o mercado do Natal. Mas com ele surgia também outra coisa: a pobreza.

Pois assim como maçãs e nozes podiam se exibir no prato natalino, com um pouco de ouropel, ao lado do maçapão, também os pobres apareciam com lantejoulas e vela coloridas nos melhores bairros. E os ricos mandavam os filhos à frente para comprar dos filhos dos pobres as ovelhinhas de lã ou para distribuir esmolas que, por vergonha, não davam pelas próprias mãos. Entrementes, já estava instalada na varanda a árvore que minha mãe comprara em segredo e que fizera trazer para dentro de casa pela escada dos fundos. [...].

Estava esperando no quarto soar as seis horas. [...] Já estava escuro; apesar disso, não acendi a lâmpada para não desviar o olhar das janelas que davam para o pátio, atrás das quais se viam agora as primeiras velas.

De todos os momentos da existência da árvore de Natal, aquele era o de maior ansiedade, momento em que sacrificava à escuridão agulhas e ramos para não ser nada além de uma constelação inacessível e, no entanto, bem próxima, atrás da janela embaçada de uma moradia dos fundos. Porém, como aquela constelação por vezes agraciava uma das janelas abandonadas, enquanto muitas permaneciam escuras, e outras, ainda mais tristonhas, se atrofiavam à luz de gás da noite emergente, parecia-me que essas janelas natalinas continham em si a solidão, a velhice e a indignância – tudo aquilo que os pobres calam.

Então de novo me veio à lembrança a distribuição de presentes organizada por meus pais; porém, mal me desviara da janela com o coração aflito, como só o faz a proximidade de uma alegria certa, senti uma presença estranha no quarto. Não era nada além de uma aragem, de modo que as palavras que se formaram em meus lábios foram como as pregas que um velame inerte lança subitamente à brisa fresca: “O Menino Deus volta todos os anos/ À terra onde vivemos nós, humanos”. Com tais palavras se volatizou também o anjo que nelas começara a tomar forma. Porém, não fiquei mais tempo naquele quarto vazio. Chamaram-me para o aposento defronte, no qual a árvore entrara gloriosa, o que dela me alienou até que, desprovida de seu suporte, terminou a festa enterrada na neve ou reluzente sob a chuva, lá onde um realejo a tinha iniciado. (BENJAMIN, 1987, p. 200).

É possível apresentar algumas imagens de rememoração na relação com a de produção de conhecimento na mônada Anjo de Natal. Alguns fios podem ser tecidos para promover a abertura de novos significados. O primeiro fio a ser puxado na relação com essa mônada é que o filósofo produz conhecimento histórico na relação com as suas imagens de rememoração. Galzerani (2008) compreende que a rememoração benjaminiana é colocada em ação como consciência que se constitui no diálogo íntimo entre o sujeito no presente e no diálogo com as imagens do passado, focalizado historicamente e plena de percepções – imagem engendrada por Benjamin na relação com o filósofo Henri Bérgson, como inconsciente e involuntária, no diálogo sensível estabelecido com Freud, Proust e Jung.

Particularmente, a leitura de tal mônada traz a imagem de memórias, constituídas não apenas com os sentidos visuais (luzes das árvores, das velas natalinas), mas também sonoras, palativas, táteis e sensoriais.

É na cidade que o adulto Benjamin se corresponde com a criança proveniente de uma família judia e abastada. Suas experiências de infância vêm por meio da imagem de um amplo apartamento, porém sem liberdade de espírito e de pensamento, com sensações muito próximas da solidão e atreladas a um forte descontentamento social. A sua moradia localizava-se em um bairro elitizado, situado à Oeste de Berlim, local onde habitavam os grandes proprietários, altos comerciantes e, ao redor, as classes mais humildes, pessoas que não passavam despercebidas em seus pensamentos.

Outros fios são tecidos nessa mônada, como a presença de imagens dialéticas flagradas no entrecruzamento dos modos de vida dos ricos (cercados pela fartura) e dos pobres (rodeados pela miséria); no calor das velas e das árvores de Natal na quadra vitalícia, em contraste com a escuridão fria dos pátios interiores. Vistas da janela do seu quarto, ele fitava as casas dos pobres que davam para o pátio de sua casa. As imagens dialéticas aqui são carregadas das contradições sociais e entrecruzam o ocorrido no passado e o agora da elaboração. E é justamente na agorabilidade, na íntima relação entre o passado, o presente e o futuro - dimensão esta afirmadora do “despertar” no momento presente” - que tal mônada tem a potencialidade de ser lida a contrapelo, ou seja, na direção oposta às relações sociais dominantes, produzindo descontinuidades e rupturas (GALZERANI, 2013b, p. 86)

A aceção de memória mobilizada por Benjamin é atravessada pelas sensibilidades de criança e com a sua visão intelectual do adulto bem como de outras visões de mundo. Não existe, desse modo, o seu olhar encarcerado em um polo subjetivo, mas outros olhares (da criança, do adulto intelectual, dos ricos, dos pobres), que se entrecruzam em uma produção de conhecimento que apontam caminhos na construção de outro viver no presente. Não é uma rememoração que fica presa ao passado, nem mesmo um devaneio saudosista, suas memórias trazem “[...] imagens políticas e, inseparavelmente, imagens do inconsciente” (GAGNEBIN, 2011, p. 80).

Muito além da intenção proustiana, de uma rememoração estritamente presa ao caráter individualista, fundada simplesmente em um prazer estético, a rememoração benjaminiana não surge de uma saudade da noite de Natal vivida com a família, nem mesmo visa ser uma autobiografia da sua infância, mas uma necessidade de volta ao passado, a partir do presente, para que o passado seja salvo ou redimido. O filósofo busca, no passado, uma promessa de que ele vê que o futuro não cumpriu e coloca em movimento a ideia de refletir se cabe ainda no

presente a sua realização. “A lembrança do passado desperta no presente o eco de um futuro perdido do qual a ação política deve, hoje, dar conta” (GAGNEBIN, 2011, p. 89).

Embora o passado tenha se esvaído, depende de uma ação do presente retomar uma história que não se cumpriu. Benjamin, ao rememorar aquela noite de Natal com sua família, não visa a descrição desse passado como de fato foi, mas a sua retomada salvadora no presente. Um presente que suplica pelo passado, não simplesmente como elucidação, mas, sobretudo, como possibilidade de salvação, como mudança em relação à manutenção das desigualdades sociais na modernidade.

Passado e presente não ficam intactos no processo de rememoração. Ambos se modificam por um novo elo entre os hiatos do tempo (passado e presente), pois rememorar, para Benjamin, não é um exercício de divagação em direção ao passado; ao contrário, é um ato político e de resistência, pois o passado vivido é trazido para questionamentos das relações sociais e visões de mundo no presente, e uma busca para a construção de outros futuros, ou seja, em uma sociedade mais promissora, inclusiva, igualitária e humana. Por isso, na rememoração, amplia-se a possibilidade de vida (GALZERANI, 2013a).

Nesse sentido, as memórias trazidas no movimento da rememoração conseguiriam não perpetuar o vivido, mas rerepresentá-lo sempre outro em cada encontro de temporalidades, “[...] pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites” (BENJAMIN, 1985, p. 37).

Ainda, na mônada Anjo de Natal, as paisagens fantasmagóricas são capturadas, tanto na amálgama do mercado de Natal com a pobreza, como na imagem dos ricos mandando seus filhos comprar dos filhos dos pobres as ovelhinhas de lã. Em uma leitura mais sensível, é possível enxergar os cenários de circulação de objetos e de pessoas que gradativamente são transformados em mercadorias - constituídos historicamente, na relação direta com o avanço das relações capitalistas de produção. Somos também pegos de sobressalto, ao percebermos as dificuldades das pessoas mais humildes.

Para desestabilizar ainda a narrativa, somos surpreendidos com as memórias involuntárias do autor, que, ao perceber uma presença estranha no quarto, sente-se aflito e pronuncia de súbito uma oração de Natal: “O menino Deus volta todos os anos/ À terra onde vivemos nós, humanos”. É uma cena rápida, como um relâmpago e, logo, se dilui, assim como a figura de um anjo, mas é suficientemente densa para desestabilizar o ritmo da narrativa,

trazendo as ambivalências da imagem de Natal. Para o próprio autor, por um lado, essa imagem é uma fantasmagoria da modernidade capitalista; e, por outro, percebemos que ela está ligada a significados afetivos íntimos, como o religioso.

É na memória involuntária que se inscrevem experiências profundas, capazes de promover deslocamentos na percepção de nós mesmos. Ela nos coloca em contato com “[...] sensações únicas e experiências que dão sentido a nossa existência e permite o estabelecimento de uma relação entre passado e presente com vistas a um futuro mais aberto, com certezas desestabilizadas” (CUNHA, 2016, p. 20).

As imagens involuntárias são fugazes como aquela vivida por Benjamin em Anjo de Natal, “[...] algumas nos assustam, outras nos confortam; algumas nos despertam, outras nos devolvem o sonho” (CUNHA, 2016, p. 75). A pesquisadora Nara Rúbia de Carvalho Cunha tece suas considerações em diálogo com a filósofa Jeanne Marie Gagnebin, para quem têm as memórias involuntárias benjaminianas afinidade com as imagens oníricas, aquelas em que sonhamos e vemos nós mesmos como nunca nos enxergamos na realidade. Tais memórias têm “[...] o efeito de choque, de renovação da própria percepção de si mesmo do sujeito quando desiste da exclusividade da vontade consciente e consegue estar disponível às surpresas [...] dessa outra dimensão do passado rememorado” (GAGNEBIN, 2014, p. 237).

Para Seixas (2004), não existem memórias involuntárias que não venham carregadas de afetos e aquilo que “[...] retorna vem inteiro, íntegro com suas tonalidades emocionais e ‘charme’ afetivo” (SEIXAS, 2004, p. 47). É uma memória que entretece lugares, acontecimentos e pessoas. Os tempos são fundidos, reencontrando-se em uma nova configuração. “Atualizando os passados – reencontrando o vivido ao mesmo tempo no passado e no presente - a memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória” (SEIXAS, 2004, p. 51).

Consideramos, em nossas pesquisas, a memória voluntária e involuntária como meio de produção de conhecimentos históricos e educacionais. Reconhecemos, em nossas práticas de memória, como em o Anjo de Natal, que as memórias involuntárias, embora consideradas irracionais pela historiografia prevalecente na contemporaneidade, têm surgido como possibilidade de romper com um passado esquecido e abalar as certezas do presente. São imagens que entram em choque com imagens do presente, instaurando oportunidades de uma transformação existencial, individual ou coletiva, mas também estética e/ou política com vistas

à construção de outros horizontes promissores. A memória benjaminiana assume, portanto, uma função ética-política do que simplesmente cognitiva (GAGNEBIN, 2014).

Para não encerrar o diálogo

As tendências historiográficas e educacionais prevalentes na contemporaneidade insistem em considerar apenas as memórias voluntárias no ato de produção de conhecimentos históricos e educacionais, perdendo a potencialidade da dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas, sociais e políticas presente nas memórias involuntárias.

Uma das possibilidades para ampliar o debate sobre as relações entre memória e história seria considerar a memória a partir de seus próprios prismas, incorporando o papel desempenhado tanto pela racionalidade como pela sensibilidade (SEIXAS, 2004; GALZERANI, 2008b).

Refletirmos sobre as relações entre história e memória na contemporaneidade, nos espaços acadêmicos, no campo historiográfico e educacional, não implica construirmos posições monolíticas, mas colocarmo-nos abertos às relações dialogais, com possibilidades de deslocarmos visões enraizadas que hierarquizam os diferentes saberes (memória e história).

Acreditamos que, a partir dos referenciais teórico-metodológicos, construídos no diálogo com as produções de Walter Benjamin, a memória como meio é uma acepção alargada, pois deixa o passado aberto, para que cada pessoa, no seu presente, (re)signifique a história. São memórias que possibilitam, no processo de produção de conhecimento histórico, a compreensão de experiências de vidas bem como provocam deslocamentos, movimentam diferentes dimensões dos sujeitos, instigando-os a se perceberem em outros tempos e espaços, com vistas a outras possibilidades de presente, de passado e de futuros mais significativos para si e para o outro.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II**. Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTLER, Thomas. (org.) **History, culture, and the mind**. Londres: Basil Blackell, 1989.

CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. **Primaveras compartilhadas: (re)significando a docência na relação com cidade, memórias e linguagens**. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social memory**. Oxford: Blackwell, 1992.

FRANÇA, Cyntia Simioni. **O canto da Odisseia e as narrativas docentes: dois mundos que dialogam na produção de conhecimento histórico-educacional**. 2015. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, FAPESP; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. A produção dos saberes históricos escolares: o lugar das memórias. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. (orgs). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora da UNESP; ANPUH, 2008a. p. 223-235.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, tempo e história: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 21, n. 28, p. 15-31, 2008b.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. A produção de saberes históricos: saberes locais & saberes globais. **Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas**, São Paulo, ano I, n. 3, p. 53-57, jul. 2001.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Imagens que lampejam: contribuições de Walter Benjamin para a produção de conhecimentos históricos. **Encuentro de Saberes. Luchas populares, resistências y educación**, Buenos Aires, v. 1, p. 53-64, 2013a.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Contar a aula, reencantar a escola, (re)inventar a imagem de produção de saberes docentes. In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; CAMPOS, Cristina Maria. (orgs.). **Pipocas Pedagógicas: narrativas outras da escola**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013b. p.83-94.

GERAY, Patrick J. **La mémoire et l'oubli à la fin du premier millénaire**. Paris: Aubier, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. SP: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Kramer, S. (1998). Produção cultural e Educação: algumas reflexões críticas sobre educar com museus. In S. Kramer, & M. I. Leite (Orgs.), **Infância e produção cultural** Campinas: Papirus. (p. 207-223, Série Prática Pedagógica).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORA, Pierre. Missions et enjeux des archives dans les sociétés contemporaines. **Comma**, Paris, v. 2, n. 3, p. 47-49, 2003.

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. 2005. 532 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. Tradução de Lúcia Miguel Pereira. 15. ed. rev. São Paulo: Globo, 2004.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 37-53.

SEIXAS, J. A. de. A imaginação do outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a invisibilidade contemporânea [o Mal-Estar de Flaubert no Orkut]. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion. (orgs.). **Figurações do outro na história**. Uberlândia: EDUFU, 2012. P.63-88.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, p. 85-97, jun. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2006.1.1302>